

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E COOPERATIVISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS DO ANO DE DOIS MIL E ONZE, COM O TEMA “LEISHMANIOSE VISCERAL”.

Às oito horas e trinta minutos do dia nove de novembro do ano de dois mil e onze, no auditório Solon Amaral da Assembleia Legislativa, realizou-se a décima segunda reunião da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo, com a presença das seguintes autoridades: Deputado Estadual Francisco Jr., Presidente da Comissão, André Luiz da Fonseca (Advogado, Médico Veterinário e Mestre em Imunologia da Leishmaniose), Luiz Elias Camargo (Diretor de Vigilância em Saúde Ambiental do Município de Goiânia), Benedito Dias (Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás), Veruska Castilho (Médica Veterinária e Técnica em Zoonoses da Secretaria de Estado da Saúde). Composta a mesa, o presidente da Comissão, Deputado Francisco Jr., abriu a audiência agradecendo a presença de todos e cumprimentando os componentes da mesa. O Deputado manifestou sua preocupação com a relevância do tema e com a necessidade de se estabelecer políticas públicas e outros mecanismos capazes de garantir a diminuição dos casos de Leishmaniose e também as formas de contágio e transmissão da doença. Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. André Luiz da Fonseca para suas considerações, sendo que o mesmo frisou que a eutanásia dos animais não resolve e nem é eficaz no combate e prevenção à doença. Completou dizendo que há 20 anos lidando com casos de Leishmaniose, nunca presenciou redução dos casos onde o controle tenha sido feito unicamente através da morte dos animais infectados, citando o exemplo de Campo Grande (MS) onde, segundo ele, são sacrificados milhares de cães todos os anos e ainda assim continuam aumentando os casos. O palestrante afirmou ainda que o cão não é o único responsável pela disseminação da doença e que a mesma é vetorial, afirmando ainda que ao se analisar os riscos, o contato de um ser humano com o cão é muito mais seguro do que o contato com outro ser humano, haja vista que a possibilidade de transmissão de doenças do cão para os humanos é menor. O Sr. André Luiz sugeriu a instituição de uma indenização a ser paga aos proprietários que tiverem seus animais sacrificados, completando que o Estado utiliza medidas baratas e pouco eficazes, prejudicando um efetivo controle. Segundo ele, o combate eficaz comprovado é o uso de inseticidas e também de vacinas, adotando em último caso a eutanásia, já que os testes

utilizados no diagnóstico possuem grande margem de erros, o que permite falsos diagnósticos. A Sra. Veruska Castilho foi convidada a fazer sua explanação. A representante da Secretaria de Saúde ressaltou a complexidade da doença, informando medidas preventivas (controle da população canina, posse responsável de animais, uso de telas em canis e de coleiras impregnadas com inseticida Deltametrina a 4%, além de inquéritos sorológicos) e afirmando que, apesar de existirem casos de Leishmaniose em Goiânia, não há pessoas infectadas, ressaltando que o objetivo maior é impedir a gravidade da doença. Contrapondo o palestrante anterior, a Sra. Veruska afirmou que as vacinas não são recomendadas para uso na saúde pública, necessitando passarem por estudos mais detalhados, explicando que as análises dos agentes imunizantes ainda não respondem questões importantes para o controle da doença. Em seguida, o Sr. Luiz Elias Camargo, Diretor do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental de Goiânia, iniciou sua fala relatando as ações que estão sendo tomadas no âmbito do Departamento. O Sr. Elias ressaltou que o trabalho é feito com base em recomendações e protocolos do Ministério da Saúde, os quais são seguros e eficazes no controle da Leishmaniose, frisando que muitas pessoas não conhecem o trabalho realizado pelo Departamento. A seguir, o Deputado Francisco Jr. passou a palavra ao Sr. Benedito Dias, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária. O Sr. Benedito ressaltou a importância da participação do Conselho na audiência pública, completando que é um dever a garantia da saúde animal e da saúde humana, já que o assunto é grave, mas que acredita na competência dos Médicos Veterinários e também das pesquisas para o controle da situação. Aberta a palavra aos presentes para suas considerações e também para as considerações finais dos membros da mesa. O Deputado Francisco Jr. informou que os órgãos públicos competentes serão comunicados sobre os resultados da audiência e que o assunto exige acompanhamento constante. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerrou a audiência pública. Para constar lavrou-se a presente ata pelo Secretário da Comissão, Jocelino Antonio Laranjeiras Neto, que lida e achada conforme será votada e assinada pelos senhores Deputados presentes.

*

*

Francisco Jr
Deputado Estadual
Presidente da CAPC

Jocelino Antônio Laranjeiras Neto
Secretário da CAPC

Este texto não substitui o presente no Livro de Atas da Comissão.